



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

SABRINA ALVES REZENDE REGO

UMA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA CHAMADA VENEZUELA: aplicação de critérios avaliativos de Dahl

**BRASÍLIA – DF
2020**

SABRINA ALVES REZENDE REGO

UMA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA CHAMADA VENEZUELA: aplicação de critérios avaliativos de Dahl

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Prof. Msc. Lucas Soares Portela.

BRASÍLIA – DF
2020

SABRINA ALVES REZENDE REGO

UMA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA CHAMADA VENEZUELA: aplicação de critérios avaliativos de Dahl

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Prof. Msc. Lucas Soares Portela.

BRASÍLIA, 06 DE MAIO DE 2020

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador
Lucas Soares Portela

Professor Avaliador
Danilo Portilho Neves

UMA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA CHAMADA VENEZUELA: aplicação de critérios avaliativos de Dahl

Sabrina Alves Rezende Rego

RESUMO

Com a ascensão de Hugo Chávez ao poder na Venezuela em 1999, muitas críticas foram feitas, interna e externamente, ao nível da democracia no país. Existem até analistas que acreditam que a Venezuela se tornou semidemocrática, mas não usam indicadores para apoiá-la. O artigo tem como objetivo avaliar a situação da democracia na Venezuela a partir da era chavista, com base nos critérios estabelecidos por Dahl (2005) e nos parâmetros utilizados por O'Donnell (1997; 2000) pois são métodos menos subjetivos para auxiliar a entender o quanto um estado é ou não democrático. Portanto, é uma avaliação mais objetiva, com base nos critérios dos dois autores e variáveis. A conclusão é que, apesar dos problemas, há elementos suficientes para confirmar que o regime venezuelano é democrático. Portanto, aqueles que defendem o oposto geralmente têm uma posição cujo apoio é ideológico e não empírico.

Palavras-chave: democracia, Venezuela, Chávez.

ABSTRACT

With Hugo Chávez's rise to power in Venezuela in 1999, much criticism was made, internally and externally, at the level of democracy in the country. There are even analysts who believe that Venezuela has become semi-democratic, but do not use indicators to support it. The article aims to assess the situation of democracy in Venezuela from the Chavista era, based on the criteria established by Dahl (2005) and the parameters used by O'Donnell (1997; 2000) as they are less subjective methods to help understand how democratic a state is or is not. Therefore, it is a more objective assessment, based on the criteria of the two authors and variables. The conclusion is that, despite the problems, there are sufficient elements to confirm that the Venezuelan regime is democratic. Therefore, those who advocate the opposite generally have a position whose support is ideological rather than empirical.

Keywords: democracy, Venezuela, Chávez.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE E DIFERENTES FORMAS DE GOVERNO...5	5
1.1 Teoria Democrática	8
1.2 Tradições Democráticas	9
1.3 Democracia sob a ótica de Dahl e O'Donnell.....	11
2 HISTÓRICO DA VENEZUELA	14
2.1 Bolivarianismo	15
2.2 Chávez e Maduro.....	16
3 AVALIAÇÃO SOBRE DEMOCRACIA NA VENEZUELA.....	17
3.1 História recente.....	18
3.2 As Eleições desde 1993	19
3.3 Critérios de Democracia Venezuelana.....	20
1) liberdade de formar e participar de organizações.....	20
2) liberdade de expressão	21
3) direito de voto.....	22
4) elegibilidade para cargos públicos	22
5) direito de que líderes políticos disputem apoio.....	22
6) fontes alternativas de informação.....	22
7) eleições livres e idôneas	22
8) instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e outras expressões de preferência	23
CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA.....	27

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é avaliar a situação da democracia na Venezuela, sobretudo após a era chavista, usando principalmente os critérios estabelecidos por Dahl (2005). Para esse fim, parâmetros definidos por O'Donnell também são utilizados em artigos após a publicação original do trabalho de Dahl.

Essa avaliação é importante porque, com a ascensão de Hugo Chávez ao poder em 1999, interna e externamente, houve muitas críticas ao nível da democracia no país. Existem até analistas que acreditam que a Venezuela se tornou semi-democrática, mas não usam indicadores para apoiá-la.

Então, aqui, faz-se uma avaliação mais objetiva, com base nos critérios de Dahl e O'Donnell e variáveis, e assim determinar se ainda pode-se dizer que existe democracia na Venezuela. A definição de democracia usada é a minimalista. No entanto, isso não significa concordar expressamente com essa visão, mas a compreensão de que a definição minimalista deve ser usada para avaliar, se a ciência política sobre o regime de um país em particular, é democrática ou não.

A avaliação da qualidade da democracia na Venezuela, que também é relevante, não está no escopo deste trabalho, nem se concentra em determinar o impacto do estilo de liderança populista de Chávez. A única tentativa é responder à questão de se o regime do país após a era chavista permanece democrático ou não.

A hipótese de trabalho é que, apesar dos problemas, há elementos suficientes para confirmar que o regime venezuelano é democrático. Aqueles que defendem o oposto geralmente têm uma posição cujo apoio é ideológico e não empírico.

1 FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE E DIFERENTES FORMAS DE GOVERNO

Toda formação de uma sociedade passa pela lógica de pensamento do que é chamado pelos teóricos da ciência política de “contrato social”. Embora haja diferentes formas de pensar a formação da sociedade e o resultado do regime nacional adotado, sabe-se que a Democracia também surge de um “contrato social”.

Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, chamados de contratualistas, concordam que existia um estado de natureza, um estado de guerra e a constituição do que seria um pacto que dá origem à sociedade civil. Resguardada as particularidades de cada autor, havia um consenso em relação a eles no que diz respeito à questão da legitimidade, compreendida como aceitação ou consentimento. Contudo esses autores divergem nos conceitos de representação e participação, tendo cada um contribuído para a formação do conceito moderno do que seria o regime de uma sociedade, e conseqüentemente a democracia.

Considerando que o surgimento do Estado Nacional se dá em um período turbulento e marcado pelo conflito, há um entendimento do Estado como entidade que busca manter a ordem e trazer resoluções de conflitos. O advento do Estado representa uma concentração de poder em prol da preservação da paz (BOBBIO, 1995).

Para Thomas Hobbes (2003), a transferência de poder ocorre por meio de uma total delegação, onde os súditos abdicam do poder e de sua liberdade em troca de uma preservação promovida pelo Estado. Segundo ele, o estado de natureza é, necessariamente, um estado de guerra devido à disputa de força e recursos por parte dos indivíduos e à sujeição dos indivíduos às suas paixões e medos. Neste cenário, o soberano entra para garantir a paz, sendo este considerado “mais capaz” que os demais.

Ao passo que não há obrigação de o soberano ser responsivo aos seus súditos, aparece aqui novamente o princípio da distinção: o “Leviatã”, caricatura desenhada por Hobbes para representar o Estado, é considerado como o único capaz de manter a ordem e a paz e, por isso, a ele é conferido todo o poder. A legitimidade desse ente todo poderoso encontra-se unicamente no momento da autorização, em que os cidadãos concedem essa concentração de poder na figura do Leviatã ao passo que abdicam da posse das suas ações. O problema da representação é, portanto, reduzido ao momento da concessão de soberania por parte do cidadão (AVRITZER, 2007).

Para Locke (2006), o estado de natureza não se constitui necessariamente em um estado de guerra, pois se trata de um estado de cooperação em contraposição à inimizade que caracterizaria o estado de guerra. Entretanto, há um risco inerente de se tornar um estado de guerra devido ao fato de todos serem igualmente reis (LOCKE, 2006). Neste caso, o pacto civil serve para evitar que o estado de natureza venha a se tornar um estado de guerra.

A propriedade privada ocupa um papel central na obra de Locke (2006), visto que se configura no motivo principal pelo qual os homens se associam em uma organização política, a qual apenas pode ser constituída com consentimento individual. O poder político reside em representantes escolhidos pela população, fundando os pressupostos da democracia representativa. A legitimidade do poder político se encontra na aquiescência individual dos governados uma vez da autoridade paterna como desempenhado pelo monarca absolutista (ALVERGA, 2003). Não se trata de um Leviatã que governa, mas um corpo de representantes eleitos pela população.

O Poder Legislativo, por outro lado, ganha um enfoque central, pois se constitui no corpo político que deve tomar as decisões. Não há uma delegação total de poder, como no pensamento de Hobbes (2003). Mesmo o poder de tributação, na obra de Locke (2006), deve ser pautado pela anuência dos cidadãos governados, mesmo que esse consentimento seja expresso de forma indireta por meio dos representantes. Nesse contexto, as decisões políticas são tomadas pela regra da maioria, à qual os indivíduos devem se submeter. Em outras palavras, todo indivíduo deve acatar a decisão majoritária (ALVERGA, 2003).

Para Rousseau (1996), o estágio inicial do estado de natureza seria caracterizado pelo primeiro sentimento do ser humano, a existência, e a primeira necessidade, que é a conservação de si mesmo. As relações sociais são percebidas a partir do momento em que surge obstáculos, os quais levem à necessidade de adequação dos seres a si mesmos e de uns com os outros. (NAYARA FÁTIMA, p. 264)

Em sua visão, a dependência se intercala com a desigualdade quando uns passam a viver à custa de outros. Surgem então as primeiras regras de partilha, sendo o sistema político criado para manter a ordem. Nesse contexto, o estabelecimento político refere-se ao “falso” contrato social, que se constitui uma legitimação de uma relação de dominação do pobre pelo rico, que pretende perpetuar a propriedade privada. Os ricos teriam garantido suas próprias posições por meio do convencimento dos pobres em relação à necessidade das instituições políticas para garantir a paz e a justiça (MACFARLANE, 1970).

Assim, Rousseau (1996) propõe a construção de uma sociedade que permita o desenvolvimento da personalidade de cada um dos seus membros em harmonia com os interesses da comunidade. Neste caso, as decisões públicas não são tomadas por um conjunto de representantes eleitos, mas por todos os membros da comunidade política em assembleia.

Defende-se uma democracia em que as decisões são alcançadas por meio da “vontade geral”, a qual não se trata da agregação das preferências políticas individuais, mas do bem comum (HELD, 2007).

Rousseau se distancia tanto de Hobbes quanto de Locke, pois seu modelo propõe um retorno à democracia direta, em que cidadãos tomariam as decisões eles mesmos, sem recorrer a um soberano absoluto. Por fim, é importante compreender que nem todo contratualismo e democrático, assim como nem todo democratismo é contratualista (BOBBIO, 1995)

1.1 Teoria Democrática

John Stuart Mill (1981), um dos patronos do liberalismo, tinha como ponto central a preocupação em limitar a esfera de atuação de quem detém o poder político, buscando garantir a preservação da liberdade de indivíduos. Ele entendia a liberdade como a disposição e capacidade de perseguir a própria concepção de bem, contanto que os outros não sejam prejudicados nem impedidos de buscar o próprio bem. Para ele, o único objetivo pelo qual o poder pode ser exercido é prevenir o prejuízo a outros.

Mill (1981) argumenta que a democracia baseada exclusivamente na identidade entre eleitores e eleitos não precisaria de controle. Esse tipo de democracia não se efetivaria na prática tendo em vista a inexistência dessa identidade entre quem governa e quem é governado. Nesse caso, a vontade do povo corresponde a vontade da maioria (MILL, 1981).

A “tirania da maioria”, por sua vez, é uma preocupação constante nas obras dos federalistas, que viam a democracia como um risco devido ao poder das facções – grupos de indivíduos unidos em determinada causa ou interesse (MADISON, 1787). Por mais que esse “novo” princípio deixasse de lado a questão distributiva, ainda se mostrava mais igualitário do que a fórmula precedente, quando o poder era repassado exclusivamente com base na hereditariedade (MANIN, 1997).

Teorias minimalistas nada mais são que um conjunto de abordagens que analisam os regimes democráticos contemporâneos, trazendo uma formulação do conceito de democracia que restringe a certas condições institucionais, deixando de fora da análise uma série de fatores relevantes no conceito original da democracia.

O projeto democrático passa a estar associado a uma série de elementos institucionais, como a existência de conjunto de liberdades cidadãs, a competição eleitoral e a multiplicidade de grupos de pressão (MIGUEL, 2005). A discussão está centrada em aspectos procedimentais, ou seja, quais regras e instituições devem se inserir em um governo para que ele possa ser chamado de democrático.

A proposta de Schumpeter (1961) é um sistema em que o povo irracional não tome as decisões diretamente, mas delegue as decisões a um corpo de indivíduos que competiriam pelo poder. O conceito de democracia é reformulado de forma a designar “um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (SCHUMPETER, 1961, p. 328).

Enquanto isso, Dahl (2004) formula a tese de que os partidos formulariam políticas para ganhar as eleições e não o inverso. Novamente a competição é destacada como relevante para a democracia por incentivar os candidatos a formularem políticas de acordo com os interesses dos eleitores a fim de alcançarem o objetivo de se elegerem. Por outro lado, no pensamento de Dahl (2004), a competição está presente de forma a promover a fragmentação do poder, a qual impediria a formação de uma elite.

A estabilidade da democracia estaria garantida, nessas circunstâncias, pela divisão do poder em grupos com interesses distintos (MARQUES, 2007). As abordagens minimalistas não reinventaram o conceito de democracia sem que houvesse algum processo prévio de transformação. Na realidade, elas escreveram apenas o resultado de um processo anterior de construção de instituições que passaram a ser vistas como democráticas.

1.2 Tradições Democráticas

Na teoria contemporânea de Democracia confluem três grandes tradições do pensamento político:

- A Teoria Clássica, divulgada como teoria aristotélica, das três formas de Governo, segundo a qual a Democracia, como Governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania, se distingue da monarquia, como Governo de um só, e da aristocracia, como Governo de poucos.

- A Teoria Medieval, de origem romana, apoiada na soberania popular, na base da qual há contraposição de uma concepção ascendente a uma concepção descendente da soberania conforme o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior.
- A Teoria Moderna, conhecida como teoria de Maquiavel, nascida com o Estado moderno na forma das grandes monarquias, segundo a qual as formas históricas de Governo são essencialmente duas: monarquia e república, e a antiga Democracia nada mais é que uma forma de república (a outra é a aristocracia), onde se origina o intercâmbio característico do período pré-revolucionário entre ideais democráticos e ideia republicanos e o Governo genuinamente popular é chamado, em vez de Democracia, de República (BOBBIO, 1995)

De acordo com Bobbio (1995), na teoria política contemporânea as definições de Democracia tendem a resolver-se e a esgotar-se no que se diz de "procedimentos universais". São eles:

- Órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau;
- Junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado (tal como acontece nas repúblicas);
- Todos os cidadãos que tenham atingido a maioria, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores;
- Todos os eleitores devem ter voto igual;
- Todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional;

- Devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de ter reais alternativas (o que exclui como democrática qualquer eleição de lista única ou bloqueada);
- Tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos de uma vez para sempre;
- Nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições;
- O órgão do Governo deve gozar de confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez, eleito pelo povo.

Como se vê, todas estas regras estabelecem como se deve chegar à decisão política e não o que decidir. Do ponto de vista do que decidir, o conjunto de regras do jogo democrático não estabelece nada, salvo a exclusão das decisões que de qualquer modo contribuiriam para tornar vãs uma ou mais regras do jogo. Além disso, como para todas as regras, também para as regras do jogo democrático se deve ter em conta a possível diferença entre a enunciação do conteúdo e o modo como são aplicadas.

Certamente nenhum regime histórico jamais observou inteiramente o ditado de todas estas regras; e por isso é lícito falar de regimes mais ou menos democráticos. Não é possível estabelecer quantas regras devem ser observadas para que um regime possa dizer-se democrático. Pode afirmar-se somente que um regime que não observa nenhuma não é certamente um regime democrático, pelo menos até que se tenha definido o significado comportamental de Democracia (BOBBIO, 1995).

1.3 Democracia sob a ótica de Dahl e O'Donnell

Como visto pelos conceitos e procedimento apresentados sobre democracia, sua definição está longe de um julgamento universal de sim ou não, mas é composta por uma avaliação gradual, de uma democracia embrionária para uma democracia perfeita, dentro do

estado da arte. Na tentativa de estratificar uma democracia, Dahl (2005) afirma que a chamada “Poliarquia plena”, que no seu estudo nada mais é do que uma democracia plena, deverá permitir aos nacionais a formulação de preferências, exprimir essas preferências e ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo.

Parte das críticas sobre a democracia na Venezuela estão vinculadas principalmente a terceira colocação de Dahl (2005), ou seja, sobre o grau de liberdade gerada pela conduta do governo. Sobre a relação das preferências com a conduta do governo, Dahl (2005) estabelece oito características que devem ser avaliadas:

- 1) liberdade de formar e participar de organizações;**
- 2) liberdade de expressão;**
- 3) direito de voto;**
- 4) elegibilidade para cargos públicos;**
- 5) direito de que líderes políticos disputem apoio;**
- 6) fontes alternativas de informação;**
- 7) eleições livres e idôneas; e**
- 8) instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e outras expressões de preferência.**

De acordo com ele, essas oferecem para o tomador de decisão a possibilidade de compreender a preferência da população de um país, pois é por meio dela que o interesse da população é expressado. A compreensão deles é estratégica para nortear a atuação de um governo. Dados os requisitos insuficientes de Dahl (2005), O'Donnell (1997) acrescentou outros aspectos nos trabalhos após a publicação de seu colega, mas sem defini-los como requisitos para a democracia, mas como condições para sua eficácia e bom funcionamento. O'Donnell (1997) lida com direitos civis, como tratamento igual das leis, tratamento igual por autoridades públicas e direitos humanos, bem como um conceito que ele desenvolveu, a responsabilidade horizontal, que se relaciona à existência e ao grau de controle das instituições estatais. No entanto, o autor supracitado tem uma definição bem clara sobre o que seja democracia, inclusive cita uma forma democrática, a delegativa, que se encaixa muito no modo como o panorama político da Venezuela se desenvolveu:

As democracias delegativas baseiam-se na premissa de que a pessoa que ganhar a eleição presidencial está autorizada a governar da maneira que achar conveniente, apenas restringida pela crua realidade das relações de poder existentes e pela limitação constitucional do fim do seu mandato. O presidente é considerado a encarnação da nação e o principal definidor e guardião dos seus interesses. As medidas de governo não precisam manter nenhuma semelhança com as promessas da campanha. Por acaso, o presidente não foi autorizado a governar como melhor achasse? Considerando que se supõe que esta figura paternal vai cuidar do conjunto da nação, sua base política deve ser um movimento, a superação vibrante do faccionalismo e dos conflitos associados aos partidos. Em geral, nas democracias delegativas, os candidatos presidenciais vitoriosos veem a si mesmo como figuras que estão acima dos partidos políticos e dos interesses organizados. (...) A partir dessa perspectiva, outras instituições - os tribunais e as legislaturas, entre outras - são apenas estorvos que, infelizmente, acompanham as vantagens domésticas e internacionais resultantes de ser um presidente democraticamente eleito. A accountability (responsabilidade) dessas instituições é vista como um mero impedimento da plena autoridade que foi delegada ao presidente (O'DONNELL, 1997).

No apêndice de seu livro, Dahl exhibe variáveis para sete dos oito requisitos listados acima, com privilégios de autoridade pública e categoria sendo descartados para cada variável. Essas categorias são baseadas em conceitos e não em indicadores. No caso de O'Donnell, não existe essa abordagem. Ainda sobre as diferenças de ambos os autores, Robert Dahl (2005) contribui ao classificar algumas nações como democracias ou quase-democracias:

Tabela 1.1. Classificação de Dahl, baseada no ano de 1969

<i>Democracia plenamente inclusiva</i>
1. Austrália
2. Áustria
3. Bélgica
4. Canadá
5. Costa Rica
6. Dinamarca
7. Filipinas
8. Finlândia
9. França
10. Holanda
11. Índia
12. Irlanda
13. Islândia
14. Israel
15. Itália
16. Jamaica
17. Japão

18. Líbano 19. Luxemburgo 20. Noruega 21. Nova Zelândia 22. Reino Unido 23. República Federal da Alemanha 24. Suécia 25. Trindade e Tobago 26. Uruguai
<i>Casos especiais</i> 27. Chile 28. Estados Unidos 29. Suíça
<i>Quase-Democracia</i> 1. Chipre 2. Colômbia 3. Malásia 4. República Dominicana 5. Turquia 6. Venezuela

Fonte: Elaboração própria baseada em Dahl (2005)

No caso específico da Venezuela, o autor a classifica como uma quase-democracia, tendo como referência dados coletados no ano de 1969. Por mais que não seja uma democracia plena, o fato de Dahl ter a colocado como uma quase-democracia significa que já havia uma percepção de indicadores de uma evolução democrática. Assim, coube a verificação da evolução histórica da Venezuela a fim de constatar se atualmente esse país alcançou um padrão esperado de democracia.

2 HISTÓRICO DA VENEZUELA

O precursor da independência hispano-americana foi Francisco de Miranda, um oficial de Caracas. Sob a forte influência de ideais liberais, serviu no Exército Real Espanhol e participou da Guerra da Independência dos EUA. Após a guerra, viveu por vários anos nos Estados Unidos. Ele era amigo de Thomas Jefferson e, segundo algumas fontes, teria sido iniciado na Maçonaria por George Washington. No final do século XVIII, Miranda passou por vários tribunais europeus, buscando apoio para a independência americana.

Miranda ainda participou das batalhas da Revolução Francesa entre 1791 e 1792 e conheceu pessoalmente Napoleão Bonaparte, que diria dele: "Este homem carrega a chama

sagrada em sua alma". Em 1797, fundou em Londres, com escritórios em Madri, Cádiz e Paris, um grupo chamado Logia Gran Reunión Americana, seguindo o modelo maçônico, a fim de preparar a luta pela independência da América espanhola.

Simon Bolívar, Bernardo O'Higgins e Jose de San Martin participaram desta loja, que se tornará a líder dos movimentos de independência americanos. Grande Colômbia Francisco de Miranda concebeu a criação de um grande império latino-americano, que consistirá no sul dos Estados Unidos na Argentina e terá o nome de Columbia em homenagem a Cristóvão Colombo. Finalmente, em 1806, deixando os Estados Unidos e contando com o apoio britânico, ele desembarcou em Corot, o porto da Venezuela, pronto para colocar seus planos em prática.

Nesse episódio, vale lembrar que a bandeira da Venezuela moderna era o padrão dos revolucionários. No entanto, naquele momento, a elite crioula da Venezuela não queria independência e não recebeu apoio estrangeiro para o caso Miranda, porque temia uma simples mudança de metrópole, da Espanha para a Inglaterra.

Assim, o líder revolucionário não conseguiu apoio e foi forçado a fugir dez dias após o desembarque. Em 1808, quando Napoleão Bonaparte aprisionou o rei espanhol Fernando VII e nomeou seu irmão José Bonaparte o rei da Espanha, a elite crioula venezuelana previu a possibilidade de formar um cabildo aberto em Caracas, ou seja, um cabildo de corrida livre de criollos.

2.1 Bolivarianismo

A revolução bolivariana pode ser definida como o processo político iniciado após Hugo Chávez assumir a presidência da República em fevereiro de 1999. Foi um período crítico para entender a direção adotada pela Venezuela no início do século XXI, quando se tornou possível construir um novo projeto estatal nacional com base em dois pontos: uma nova abordagem à figura de Simon Bolívar; e o papel de Chávez em orientar as mudanças estruturais pelas quais o país passou, que atingiram sua estrutura social e lançaram as bases para um novo conceito de representatividade e participação política.

Na era de Chávez (1999-2013), a Venezuela teve um papel decisivo na distribuição de poder nos níveis regional e internacional, vivendo com um sistema político polarizado. Nos quatorze anos de sua presidência, Chávez se tornou o representante físico do regime, já que sua

liderança era necessária em momentos cruciais, especialmente quando sua constância no cargo era questionada. Não se pode negligenciar o fato de que sua imagem foi distribuída como a única capaz de apoiar o processo revolucionário, o que, em termos concretos, significou a continuação do trabalho iniciado por Simon Bolívar no século XIX.

Assim, a sociedade venezuelana foi transformada em várias esferas durante a Revolução Bolivariana, o que foi demonstrado pela reforma do sistema político na Constituição de 1999. Em termos econômicos, o estado retomou a produção de petróleo, a principal fonte de recursos, que possibilitou investir no setor manufatureiro e na política social. Além disso, novas relações entre o Estado e a sociedade foram construídas com a expansão dos canais de participação na vida política por meio de vários mecanismos de consulta pública. Tais mudanças foram possíveis graças à liderança de Chávez (político carismático), somada ao momento econômico do aumento dos preços do petróleo no mercado internacional. Por outro lado, a estratégia de confronto com a antiga oligarquia tornou a Venezuela uma nação polarizada política e socialmente, o que a torna propensa a confrontos, que se manifesta nas tentativas da oposição de remover Chávez.

2.2 Chávez e Maduro

Hugo Chávez atuou como Presidente da Venezuela por 14 anos, foi eleito por três mandatos consecutivos e governou o país com base em vários ideais de governos anteriores, mas o petróleo ainda era o principal produto de exportação venezuelano. É importante notar que Chávez tem um perfil presidencial diferente dos seus antecessores, já que era soldado bolivariano, socialista e anti-imperialista.

Durante os anos em que Chávez foi presidente, ele compartilhou opiniões veementemente, já que suas decisões políticas eram frequentemente consideradas autoritárias, extremistas, nacionalistas e populistas. Apesar de Chávez ser o presidente, havia grupos de oposição na própria população venezuelana. Isso pode ser visto na tentativa de golpe que ele sobreviveu em 2002, quando a crise na Venezuela era política. Ele tentou neutralizar as ações dessa oposição, silenciando parte da imprensa e perseguindo pessoas em desafio ao seu governo.

O ex-presidente venezuelano apoiou a economia do país e as exportações de petróleo sem diversificar setores de exportação significativos. E, portanto, enquanto os preços do barril

de petróleo estavam subindo, a Venezuela conseguiu obter grandes lucros com a exportação deste produto.

Mas o que o governo chavista se tornou tão popular e impopular ao mesmo tempo? A resposta a essa pergunta está nas medidas importantes que Chávez tomou em seu governo. Durante sua presidência, ele nacionalizou setores estratégicos (reservas de petróleo, telecomunicações, eletricidade etc.), o que é muito importante para a Venezuela. No entanto, ele se opôs e baniou o investimento internacional no país. Além disso, sua posição de aproximação com Cuba com Fidel Castro e sua saída dos Estados Unidos não foram bem recebidas por uma parte significativa da comunidade internacional.

Por outro lado, Chávez era popular principalmente em projetos desenvolvidos no campo da saúde e educação. E sua imagem para os venezuelanos que o defendiam estava fora do presidente, muitos o consideravam um membro da família ou um ícone.

Em meados de 2011, Chávez anunciou na televisão que estava com câncer, que precisava passar por várias operações e, portanto, precisava estar ausente do governo. Nicholas Maduro, o então ministro das Relações Exteriores, que se tornará seu vice de Chávez no próximo ano, começou a ganhar popularidade, sendo repetidamente o representante oficial do governo.

Em 2012, foram realizadas novas eleições para selecionar o futuro presidente do país. O principal oponente de Chávez seria o então governador de Miranda Enrique Capriles. Essas foram as eleições mais controversas da era Chávez, em conexão com o início da crise econômica que surgiu no país. Apesar disso, os venezuelanos escolheram Hugo Chávez para continuar seus poderes por mais 6 anos.

No entanto, dois meses após seu quarto mandato consecutivo, Chávez morre, portanto, novas eleições devem ser realizadas. Maduro é selecionado como candidato a seguir o legado chavista, enquanto Capriles é novamente um candidato da oposição. As eleições são novamente muito controversas, mas o Maduro é escolhido por uma pequena margem.

3 AVALIAÇÃO SOBRE DEMOCRACIA NA VENEZUELA

O objetivo deste trabalho é avaliar a situação da democracia na Venezuela, e para isso os critérios estabelecidos por Dahl (2005) são de muita relevância. Para esse fim, parâmetros definidos por O'Donnell após a publicação original do trabalho de Dahl também serão utilizados.

Essa avaliação é importante porque, com a ascensão de Hugo Chávez ao poder em 1999, interna e externamente, houve muitas críticas ao nível da democracia no país. Em uma perspectiva minimalista sobre o conceito de Democracia, pode-se dizer que existe democracia na Venezuela. No entanto, isso não significa concordar expressamente com essa visão, mas reconhecer que a definição minimalista deve ser usada para avaliar a ciência política sobre se o regime de um país em particular é democrático ou não.

A avaliação da qualidade da democracia na Venezuela, que também é relevante, não está no escopo deste trabalho, nem se concentra em determinar o impacto do estilo de liderança populista de Chávez ou Maduro. A definição, em que a avaliação de que Chávez, teve um estilo de liderança populista se baseia no populismo latino-americano clássico de Ianni (1991). Os pontos em comum entre essa definição e o caso Chavista são o personalismo, a postura anti-sistema e de desenvolvimento do país, o nacionalismo e a base do apoio nas camadas mais baixas. Uma característica ausente é a busca de reconciliação entre classes (Botelho, 2006). A única tentativa é responder à questão de se o regime do país na era chavista permanece democrático ou não.

A hipótese de trabalho é que, apesar dos problemas, não há elementos suficientes para confirmar que o regime venezuelano não é mais democrático. Portanto, aqueles que defendem o oposto geralmente têm uma posição cujo apoio é ideológico e não empírico.

3.1 História recente

Entre 1959, quando o primeiro governo em seu atual período democrático tomou posse, e 1993, a Venezuela foi administrada por dois partidos: AD (Ação Democrática), social-democrata e COPEI (Comitê de Organização Política Eleitoral Independente), social-cristão. O sistema partidário do país foi bipartidário desde o início dos anos 1970, situação apenas atenuada pela existência de uma terceira força, o MAS (Movimento ao Socialismo), que conseguiu manter a representação parlamentar ao longo do período dominado por AD e COPEI.

No início dos anos 80, no entanto, a Venezuela enfrentou sérias dificuldades econômicas devido à queda dos preços do petróleo, que vinha crescendo na última década e à dívida externa que declinara durante a euforia. Caballero (2003) vê o episódio de desvalorização de 1983, conhecido como Sexta-Feira Negra, como um sinal do esgotamento do modelo

econômico baseado apenas na renda do petróleo. Sob a influência da situação econômica, o sistema bipartidário já mostrava os primeiros sinais de crise nos anos 80.

Em 1989, o aumento da tarifa de transporte público, causado pelo aumento do preço da gasolina, como parte de um pacote de reformas neoliberais, anunciado pelo então presidente Carlos Andrés Pérez (AD), levou à explosão de uma revolta popular conhecida como Caracaço, deixando um equilíbrio de 270 mortos, segundo a contagem oficial. Em 1992, houve duas tentativas de golpe contra o mesmo Carlos Andrés Pérez, um dos quais liderado pelo tenente-coronel Hugo Chávez. No ano seguinte, o presidente foi demitido por corrupção.

Na literatura, como por exemplo Hellinger (2003) e Caballero (2003), há uma coincidência de que o governo Carlos Andrés Pérez marcou o fim de um modelo político definido por Rey (1972) como um sistema de reconciliação populista baseado na distribuição dos benefícios da renda do petróleo com base no patrocínio.

Para Maingon (2004), o processo que levou ao fim do bipartidarismo pode ser dividido em três crises ao mesmo tempo: o da representação baseada em partidos tradicionais; a do Estado diante das dificuldades econômicas e do declínio da renda do petróleo, o que dificultava a capacidade das forças dominantes de manter suas redes de distribuição de energia orientadas para o cliente; e a legitimidade do regime democrático que prevaleceu no país como resultado dos outros dois. Também existem fatores externos que influenciaram as partes em todo o mundo.

3.2 As Eleições desde 1993

Uma combinação de crise econômica e política, portanto, contribuiu para a insatisfação do domínio exercido por AD e COPEI e o resultante fim do bipartidarismo na Venezuela. Em 1993, pela primeira vez desde 1958, o presidente eleito não era nenhum dos dois lados. O então vencedor, Rafael Caldera, no entanto, foi um líder histórico da COPEI e presidente do partido de 1969 a 1973. Ele foi eleito pela recém-criada Convergência para um segundo mandato. No parlamento, AD e COPEI ainda tinham 46% dos votos para a Câmara Baixa e permaneciam com 108 dos 203 assentos, enquanto a legenda de Caldera conquistou 26 assentos e precisava de alianças para o governo.

Com o referido fim do ciclo de bipartidarismo na Venezuela, os representantes de cada um dos dois partidos tiveram que dar cada vez mais espaço ao parlamento. Nas eleições de 1998,

o AD ainda era o partido com mais votos (24,1%) e cadeiras (61). De fato, ganhou seis posições a mais do que na disputa anterior. O COPEI, por outro lado, caiu de 53 para 26 assentos, diminuindo o número total de votos das duas forças tradicionais (36,1%) em relação a 1993. O que também beneficiou AD e COPEI foi a mudança na data das eleições gerais, adiantadas para que não coincidisse com a eleição presidencial em que Chávez já era o favorito.

Chávez confirmou a previsão e foi eleito presidente em 1998. Pouco antes da disputa, ele também fundou seu partido, o MVR (Movimento Quinta República). A legenda de Chávez se saiu melhor do que a Convergência em 1993, conquistando 19,9% dos votos e 35 cadeiras, mas ele não conquistou a maioria nem mesmo em alianças.

No entanto, essa situação de falta de maioria para o governo durou pouco, pois a assembleia constituinte presidencial, aprovada em referendo, conquistou 94% das cadeiras para o chavismo, vencendo as eleições parlamentares de 2000 por seis anos. Seu partido conquistou 44,38% dos votos e 95 dos 165 assentos na Assembleia Nacional, que se tornou a única Câmara do Parlamento. AD e COPEI, por outro lado, diminuíram sua participação para 21,21%, com 33 cadeiras do primeiro (pouco mais da metade) e seis no segundo (menos de um quarto dos 26 assentos da legislatura anterior).

Desde então, houve outra disputa pela Assembleia Nacional, mas as forças da oposição contra Chávez se retiraram alegando falta de isenção do CNE (Conselho Nacional Eleitoral). O chavismo assumiu um total de 167 cadeiras, 114 para o MVR.

3.3 Critérios de Democracia Venezuelana

A classificação realizada nesse trabalho segue a ordem dos critérios e variáveis de Dahl (2005) até atingir O'Donnell, sendo que os itens um, dois e oito foram avaliados em separado, enquanto os demais itens foram avaliados conjuntamente.

1) liberdade de formar e participar de organizações

A descrição de cada uma delas mostra que, a que melhor se adequa à Venezuela é a número um, segundo o qual grupos autônomos podem entrar livremente na política e resistir ao

governo. No entanto, grupos autônomos podem se organizar livremente na política, mas só são capazes de resistir ao governo de forma limitada.

A votação na Venezuela foi seguida por observadores internacionais e declarada oportuna. No referendo de 2007 sobre reforma constitucional, a posição chavista foi realmente derrotada. Na disputa legislativa de 2005, a avaliação dos observadores foi mais difícil, mas não indicou fraude, e enfatizou a necessidade da CNE recuperar a confiança da população e dos atores políticos (BOTELHO, 2008).

A capacidade de articulação da oposição seria prejudicada se a proposta de reforma constitucional, que permitiria a reeleição ilimitada como presidente, tivesse sido aprovada em um referendo, o que em tese permitiria que Chávez ficasse indefinidamente no poder. Na Venezuela os grupos de interesse são claramente articulados como grupos associativos. Não há elementos que possam confirmar que as associações de cada país não articulem ou articulem só um pouco seus interesses. De fato, dois grupos associativos, CTV (Confederação dos Trabalhadores Venezuelanos) e Fedecámaras, de empresários, se manifestaram por meses antes do golpe de 2002 contra Chávez e a subsequente greve geral de cerca de dois meses para pedir a saída do presidente (BOTELHO, 2008).

Algo a ser criticado foi a política do governo de operar no setor empresarial e promover a formação de entidades leis para criar concorrência com aqueles que se opõem a ele. No entanto, isso não significa que os grupos associativos não possam articular seus interesses (BOTELHO, 2008).

2) liberdade de expressão

Os itens 2 e 6 podem ser agrupados numa mesma análise. Nesses itens também estão inseridos a liberdade de imprensa, um ponto que casou muitas críticas ao regime chavista. No entanto, a medida tomada em 2007 para não renovar a licença de televisão RCTV, mesmo que apoiasse o golpe de 2002, fornece um argumento factual para as críticas e configura a perda da liberdade de imprensa (BOTELHO, 2008).

Até esse momento, podia-se dizer que a Venezuela tinha plena liberdade de imprensa, o que, por exemplo, permitiu que Chávez fosse chamado de macaco, e que as estações de televisão foram capazes de estimular e até articular um golpe contra ele (BOTELHO, 2008). A

categoria que talvez melhor se ajuste à situação do país poderia ser a de uma “liberdade intermitente”, quando a imprensa nacional sofre censuras ocasionais ou seletivamente (BOTELHO, 2008).

Depois de apoiar o golpe na mídia televisiva, o presidente já havia mudado a lei que rege o desempenho da imprensa e impunha penalidades mais estritas a ações como as que contribuíam para sua derrubada temporária. Fundamentalmente, temia-se que Chávez punisse qualquer forma de trabalho jornalístico, mas isso não aconteceu. A mídia o ajudou a não dar esse passo, porque desistiu da linha mais radical (BOTELHO, 2008).

Algumas pessoas, como o proprietário da rede Venevisión, Gustavo Cisneros, preferiram não ser tão críticos e tentaram tirar vantagem do governo chavista. Outro problema para a imprensa foi a agressão e ameaças de partidários do presidente contra veículos que atuavam como oposição ativa. No entanto, essa é uma consequência difícil de evitar, se optar por deixar o jornalismo e se tornar politicamente militante em um ambiente de confronto (BOTELHO, 2008).

3) direito de voto

4) elegibilidade para cargos públicos

5) direito de que líderes políticos disputem apoio

6) fontes alternativas de informação

7) eleições livres e idôneas

Esses 5 itens podem ser avaliados dentro de uma mesma visão. Segundo Botelho (2008) a democracia na era chavista poderia se encaixar no sistema competitivo único, segundo o qual não há proibição partidária ou proibição apenas por partidos extremistas ou não constitucionais. De fato, não há limites para a competição partidária, mas a ocupação da Assembleia Nacional por uma única força ultrapassou 85% com a criação do PSUV (Partido Socialista Unificado da Venezuela). Nas eleições gerais de 2005, nas quais a oposição não participou porque alegou que a CNE não era imparcial, o MVR conquistou 114 dos 167 assentos na Assembleia Nacional, representando 68,3% do total. Após a criação do PSUV para criar a base de apoio ao chavismo, a concentração de cadeiras atingiu 89,2%. A Venezuela deve, portanto, ser classificada como um sistema parcialmente competitivo (BOTELHO, 2008).

Existe o direito dos líderes políticos de disputar apoio e também não há razão para acreditar que os partidos na Venezuela não possam articular seus interesses. Se algumas forças políticas, como em 2005, não participam mais das eleições, a articulação de seus interesses esteve obviamente prejudicada, mas essa postura foi uma opção dos próprios partidos da oposição e não foi apoiada por outro fator externo comprovado (BOTELHO, 2008).

No entanto, é difícil integrar perfeitamente a democracia da era chavista dentro de certas descrições, pois possui muitas características próprias. Além das características baseadas políticas baseadas no nome de cada indivíduo, o sistema também é pluripartidário, onde existe um governo de coalizão (BOTELHO, 2008).

No entanto, algumas nuances são necessárias. A melhor definição para o que se tornou o sistema partidário da Venezuela é o pluralismo polarizado, uma vez que existiam vários partidos divididos em dois polos devido ao grau de polarização, os chavistas e os antichavistas. Outro problema é que o governo de coalizão de Chávez foi fraco porque ele atribuiu pouco valor às partes envolvidas e tentou reuni-las no PSUV (BOTELHO, 2008).

A categoria conhecida como “um partido e meio” também se aproxima do panorama venezuelano, pois é definida pela existência de uma oposição significativa, mas incapaz de conquistar a maioria. Por exemplo, na última eleição presidencial vencida por Chávez, o principal candidato da oposição obteve 36,9% dos votos, mas perdeu novamente (BOTELHO, 2008).

Percebe-se que pontuação da Venezuela é boa em quase todos os parâmetros democráticos. As exceções são os 2 primeiros itens avaliados.

8) instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e outras expressões de preferência

Finalmente, o oitavo e último requisito. A situação venezuelana é constitucional, ou seja, o governo é dirigido com referência às normas constitucionais reconhecidas. Alguns argumentam que o regime chavista é autoritário ou mesmo totalitário, mas para isso seria necessário que houvesse restrição constitucional efetiva ou que poderes não constitucionais fossem usados com absoluta regularidade, descrições que não se aplicam ao caso da Venezuela (BOTELHO, 2008).

Já sobre a retirada da oposição da realização das últimas eleições parlamentares de Chávez e a resultante falta de forças de oposição na Assembleia Nacional, podem ser atribuídas às características do regime e também a uma parte substancial da sociedade venezuelana, não representada no parlamento. Por esse motivo, a classificação mais apropriada seria a de aglutinação limitada de interesses (BOTELHO, 2008).

Um item a ser avaliado é a distribuição horizontal de poder. Aqui há problemas para a Venezuela. A definição mais apropriada para sua situação é uma distribuição limitada, segundo a qual dois braços do governo não possuem autonomia funcional real, uma espécie de autonomia funcional limitada (BOTELHO, 2008). Essa é a última parte que corresponde ao caso venezuelano, uma vez que os poderes legislativo e judicial têm autonomia funcional limitada em relação ao executivo.

No Judiciário, 33,3% dos juízes ainda estavam sem estabilidade nos últimos meses de 2006, tinham dificuldade em tomar decisões autônomas diante da pressão do executivo ou por meio de manifestações populares. Outro problema para a independência do judiciário foi o aumento do número de juízes no tribunal principal do país, o TSJ (Supremo Tribunal de Justiça), de 20 para 32. Os 12 novos membros foram nomeados por maioria que o governo Chávez no Assembleia Nacional da legislatura anterior (BOTELHO, 2008).

E, para terminar com os requisitos de Dahl (2005), falta abordar o estado atual do Legislativo. A classificação adequada é que esse poder é parcialmente eficaz e tende a ser dominado pelo executivo, sendo parcialmente restrito em sua função, uma vez que Legislativo, sem oposição, ainda que dentro das regras democráticas, é dominada pelo executivo, que tende a restringir a ação parlamentar. O saldo do oitavo requisito é o pior de todos os sete.

A partir de agora, a avaliação será menos objetiva se forem utilizados os parâmetros estabelecidos por O'Donnell (1997), uma vez que este autor utiliza uma metodologia diferente da de Dahl e não define variáveis para todos os aspectos. Um ponto que ele destaca é a *accountability* horizontal. Isso é inicialmente problemático na Venezuela porque o Legislativo e o Judiciário têm autonomia limitada em relação ao Executivo. Assim, a capacidade de inspeção dos dois primeiros poderes contra o último fica comprometida. Por outro lado, desde a constituição de 1999, foram criadas instituições que estão unidas no Poder Cidadão para aumentar a capacidade do Estado e se fiscalizar. De qualquer forma, a falta de autonomia frente ao Executivo prevalece. Isso se reflete na voz e responsabilidade dos indicadores de governança

do Banco Mundial, nos quais a Venezuela caiu de 53,4% em 1998, no último ano do presidente anterior, para 29,3% em 2006 (BOTELHO, 2008).

O'Donnell (1997) também enfatiza a necessidade de usar efetivamente a democracia para aplicar leis, direitos e obrigações igualmente. Este é um ponto mais subjetivo e, portanto, difícil de avaliar, mas é possível fazer algumas considerações.

Os programas sociais projetados para fornecer serviços básicos, como saúde e educação, para os necessitados, foram uma característica do governo Chávez e promovem a conscientização nesta classe de que receberam mais atenção. Também se pode argumentar que grupos privilegiados, ao longo do bipartidarismo, perderam suas vantagens desde a ascensão chavista. No entanto, alguns deles recuperaram suas forças depois de se convencerem de que seria melhor aliar-se ao presidente e tentar tirar vantagem disso. Outro problema é que a persistência na área de oposição pode levar a retaliação, por exemplo, contra funcionários e empresários que fazem negócios com o Estado (BOTELHO, 2008).

Com tudo isso em mente, permanece a impressão de que a desigualdade é hoje geralmente menor por lei, principalmente devido a medidas do governo para expandir direitos. Ao mesmo tempo, no entanto, a Venezuela passou de 29% em 1998 para 5,7% em 2006 no item império da lei dos indicadores de governança do Banco Mundial (BOTELHO, 2008). Esse aspecto não é exatamente o mesmo que a mesma validade das leis, mas se a lei geralmente tem menos valor, tende a ser ainda menor para os mais pobres. Como as duas avaliações se contradizem, a possível conclusão é que a situação vista no governo Chávez foi a mesma herdada em relação ao critério de igual validade da lei (BOTELHO, 2008).

Outro problema que O'Donnell (1997) aborda é o tratamento nos órgãos públicos. Para ele, o tratamento baseado na condição socioeconômica da pessoa cuidada é um sutil indicador de problemas com o bom funcionamento do Estado de Direito e, como resultado, da democracia. Novamente, é difícil avaliar esse ponto, mas isso pode ser discutido na linha acima. Uma política de extensão de direitos tende a reduzir a desigualdade à medida que mais pessoas têm acesso a serviços básicos.

O'Donnell (1997) ainda está preocupado com os direitos humanos. Segundo Provea (Programa Venezuelano de Educação-Ação em Direitos Humanos), a situação em relação às violações da integridade pessoal piorou, mas melhorou em relação às violações da liberdade pessoal em comparação entre o ano anterior do governo anterior e o último período do governo

Chávez para os números estão disponíveis (BOTELHO, 2008). Quanto ao primeiro ponto, o relatório, de outubro de 1997 a setembro de 1998, continha 229 reclamações, em comparação com 201, no relatório de outubro de 2005 a setembro de 2006, mas o número de vítimas aumentou de 442 para 1.478. As denúncias em ambos os períodos incluem casos de tortura e tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes por parte das agências de segurança do estado. Em caso de violação da liberdade pessoal 12.594 detenções arbitrárias no relatório 1997/1998, em comparação com 1.928 no relatório mais recente de seu governo. Existem três tipos de prisões arbitrárias que Provea considerou: manifestações pacíficas, prisões em massa por policiais ou revistas e ações pontuais (BOTELHO, 2008).

Uma acusação levantada, principalmente pela oposição, foi que o regime chavista patrocinou prisões políticas. Nesse caso, é difícil fazer um julgamento preciso porque, quando é identificado um possível exagero, as pessoas que a oposição afirma serem prisioneiras políticas, acabam por ter pelo menos alguma conexão com criminosos ou fatos suspeitos, como no golpe de 2002, a destruição precoce da embaixada cubana e o financiamento do governo de George W. Bush para atividades políticas (BOTELHO, 2008). Portanto, para uma avaliação mais confiável, é mais apropriado considerar apenas os dados das violações usados anteriormente e levar em conta que as perspectivas democráticas venezuelanas se deterioraram em alguns indicadores e melhoraram em outros, em perspectivas não muito distantes do governo anterior (BOTELHO, 2008).

CONCLUSÃO

Este trabalho tentou sistematizar a avaliação de se a Venezuela ainda possui um regime democrático, um debate que se tornou comum na ciência, na política, na mídia e nas ruas desde a ascensão de Chávez e a posse de Maduro, mas geralmente com argumentos mais ideológicos. Para tanto, foram utilizados critérios e variáveis, definidos por dois autores, cujos trabalhos se tornaram famosos ao analisar as condições para a democracia de maneira objetiva.

No entanto, os esforços realizados aqui não são definitivos ou isentos de subjetividade, pois baseiam-se em variáveis definidas por categorias qualitativas ou mesmo sem categorias precisas, como no caso de O'Donnell (1997). Apesar disso, é uma avaliação mais objetiva do que subjetiva. Isso ocorre porque se baseia em critérios claros que foram adotados por outros

autores. Trata-se de um desenvolvimento qualitativo em termos de análises puramente impressionistas ou ideológicas.

Dos oito critérios apresentados por Dahl (2005), o regime chavista tem o melhor desempenho em **1) liberdade para formar e participar de organizações**. Por outro lado, tem os piores desempenhos em: **2) liberdade de expressão, 3) direito de voto, 5) direito de que líderes políticos disputem apoio e 6) fontes alternativas de informação**. Em **7) eleições livres e idôneas**, o país tem desempenho positivo e há problemas em **8) instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e outras expressões de preferência**.

Apesar das críticas populares sobre sua forma de governo que a Venezuela apresenta, o próprio Robert Dahl (2005), ao classificar as nações em democracias plenas, não exclui esse país de um formato democrática, apenas o posicionando como uma quase democracia. Apesar dessa nação ser posicionada dessa forma, percebeu-se pelos critérios acima descritos que a Venezuela não pode ser desconsiderada uma democracia atualmente, mesmo com a atual situação de crise econômica, os pilares da classificação de Dahl permanecem e apresentaram desenvolvimento de 1969 até os dias atuais.

Os problemas ainda identificados com os critérios de Dahl se concentram mais na liberdade de imprensa, embora a restrição até agora tenha sido apenas temporária, na concentração de quase 90% das cadeiras no PSUV e na separação de poderes.

Os parâmetros de O'Donnell têm problemas de *accountability* horizontal. No que diz respeito à igualdade perante a lei e ao respeito pelos direitos humanos, os possíveis esboços que precisam ser traçados em relação ao governo anterior são de continuidade. Foi encontrada uma melhora na igualdade de tratamento nas instituições públicas. Portanto, os problemas identificados continuam a se relacionar com a separação de poderes.

Em conjunto, embora a situação da democracia na Venezuela na era chavista apresenta problemas para Dahl e O'Donnell, em 5 dos 8 critérios do primeiro autor, nenhum deles alcança nota máxima, ou seja, não suscitam problemas suficiente para configurar um tipo de mudança de regime ou o fim da democracia. Conclui-se que a Venezuela continua sendo um país democrático, nem semidemocrático, nem autoritário.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

AVRITZER, L. **A participação social no Nordeste**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

ÁLVAREZ, A. E. (2003), **La reforma del Estado antes y después de Chávez**. In Ellner, Steve y Hellinger, Daniel (orgs.). *La política venezolana en la época de Chávez*. Clases, polarización y conflicto. Ca racas, Nueva Sociedad.

ALVAREZ, I.; ROSANGEL, M. **¿La Fuerza Armada Nacional de Venezuela: de actor social a actor político?**. XXV International Congress of the Latin American Studies Association, CD ROM, 2004.

BOBBIO, N. **Positivismo jurídico: lições de filosofia do direito, compiladas por Nello Morra**. Tradução e notas Márcio Puglesi, Esdon Bini, Carlos E. Rodrigues – São Paulo: Ícone, 1995.

BOTELHO, J. C. A. **A instabilidade democrática na América Latina do século XXI: os casos da Argentina e da Venezuela**. Projeto História, 2006.

_____. **A democracia na Venezuela da era chavista**. Unesp Marília: Aurora, ano II, Nº 2, junho de 2008.

CABALLERO, M.. **Las crisis de la Venezuela contemporánea (1903-1992)**. Caracas, Alfadil Ediciones, 2003.

CARMONA, P. E. *Mi testimonio ante la historia*. Caracas, Actum.

DAHL, R. A. **Polyarchy: participation and opposition**. New Haven: Yale University Press, 2004.

_____. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 2005.

ELLNER, S.; HELLINGER, D. **La política venezolana en la época de Chávez. Clases, polarización y conflicto**. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.

IANNI, O. **A formação do estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LA FUENTE, S.; MEZA, A. **El acertijo de abril. Relato periodístico de la breve caída de Hugo Chávez**. Caracas: Debat, 2004.

LANDER, E. **Neoliberalismo, sociedad civil y democracia**. Ensayos sobre América Latina y Venezuela. Caracas: Universidad Central de Venezuela y Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico, 2000.

LANDER, L. E. **Poder y petróleo en Venezuela**. Caracas: Universidad Central de Venezuela y PDVSA, 2003.

MADISON, J. The Writings of James Madison. The Journal of the Constitutional Convention vol. 3, 1787. Disponível em: <https://oll.libertyfund.org/titles/madison-the-writings-vol-3-1787>. Acesso em 20/03/2020.

MANIN, Bernard. **The Principles of Representative Government**. Cambridge University Press, 28 de fev. de 1997.

MAYA, M. L.; LANDER, L. E. **Novedades y continuidades de la protesta popular en Venezuela**. XXV International Congress of the Latin American Studies Association, CD ROM, 2004.

MAINGON, Thais. **Síntomas de la crisis y de la deslegitimación del sistema de partidos en Venezuela**. XXV International Congress of the Latin American Studies Association, CD ROM, 2004.

MARINGONI, G. **A Venezuela que se inventa. Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARQUES, D. **Democracia e ciências sociais no Brasil (1985-2005)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, 2007.

MCCOY, J. L.; MYERS, D. J. **The unraveling of representative democracy in Venezuela**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

MÉNDEZ, J. E., O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P. S. **Democracia, violência e injustiça. O Não-Estado de Direito na América Latina**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

MIGUEL, L. F. **A Democracia domesticada: as bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo**. Rio de Janeiro: DADOS – Revista de Ciência Sociais, Vol 45, nº 3, 2002.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MOLINA, V.; JOSÉ, E. **The presidential and parliamentary elections of the bolivarian revolution in Venezuela: change and continuity (1998-2000)**. Bulletin of Latin American Research, vol. 21, nº 2, 2002.

MOMMER, Bernard. **Petróleo subversivo**. apud ELLNER, S.; HELLINGER, D. La política venezolana en la época de Chávez. Clases, polarización y conflicto. Caracas, Nueva Sociedad, 2003.

O'DONNELL, Guillermo. **Contrapuntos**. Buenos Aires: Paidós, 1997.

_____. **Poliarquias e a (in) efetividade da lei na América Latina: uma conclusão parcial.** apud MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, G.; Pinheiro, P. S. Democracia, violência e injustiça. O Não-Estado de Direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REY, J. C. El sistema de partidos venezolano. Politeia, nº 1, 1972.

ROBERTS, K. Polarización social y resurgimiento del populismo en Venezuela. ELLNER, S.; HELLINGER, D. La política venezolana en la época de Chávez. Clases, polarización y conflicto. Caracas, Nueva Sociedad, 2003.

SCHUMPETER, J. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

UCHOA, Pablo. Venezuela: a encruzilhada de Hugo Chávez. São Paulo: Globo, 2003.

VENEZUELA. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Caracas, Imprenta Nacional, 2000.

YOUNGERS, C. The US and Latin American after 9-11 and Iraq. Foreign Policy in Focus, junho, 2003.